



**Intervenção Final do Grupo Parlamentar do PS/Açores  
nos debates parlamentares  
sobre o Plano e Orçamento 2021 e as Orientações de Médio Prazo 2021-2024**

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Açorianas e Açorianos**

O Parlamento dos Açores está a concluir o debate sobre as propostas de Plano e Orçamento para 2021, e das Orientações de Médio Prazo 2021-2024.

Estes são documentos de importância fundamental para o futuro dos Açores, e o seu debate e votação correspondem ao cumprimento de uma das mais importantes funções e ao exercício de um dos mais nobres poderes deste Parlamento.

Através deles, não só o Governo solicita ao Parlamento autorização para afetar o dinheiro dos Açorianos à concreta realização de despesas, bem como, pelo seu efeito, direto ou indireto na economia e na sociedade açorianas, os mesmos traduzem uma determinada visão, quer do exercício do poder, quer das metas e objetivos que se pretendem alcançar.

Em suma, é também por estes documentos que, em grande medida, mas não apenas, se percebe por onde e para onde o Governo e o Parlamento dos Açores querem que a Região caminhe.

A este significado político, o qual já resultaria em qualquer circunstância, o momento presente faz acrescer um outro simbolismo político de natureza conjuntural.

Estas concretas propostas de Plano, Orçamento e Orientações de Médio Prazo não são apresentadas ao Parlamento pelo partido que venceu as últimas eleições legislativas regionais.

Elas são o resultado das necessidades de satisfação dos interesses da coligação negativa de partidos derrotados nessas eleições, os quais se conluiaram para, à verdade do voto dos Açorianos, contraporem a sua verdade da relação de forças parlamentares.

Perguntarão alguns que relevância terá essa componente para a apreciação dos documentos em análise?

A resposta é: muita!

Desde logo porque esta é a primeira oportunidade que essa coligação negativa tem para, de forma concreta e quantificada, apresentar ao Parlamento dos Açores o seu modelo alternativo de desenvolvimento, as soluções diferentes para o futuro da nossa Região.

Na verdade, assentando a sua génese, não numa vitória, mas sim num somatório de derrotas seria legítimo pensar que nestes documentos se apresentaria uma solução diferente, um modelo alternativo, uma outra via para concretizar o desenvolvimento e o bem-estar dos nossos concidadãos.

Infelizmente, assim não acontece.

O Governo Regional apresentou-se perante este Parlamento duplamente derrotado: Derrotado perante si próprio e derrotado perante o Povo Açoriano.

Derrotado, em primeiro lugar, perante si próprio, porque se revela incapaz de se afirmar como intérprete e executor de um projeto político coerente, coeso, lógico e articulado.

Os documentos que analisámos constituem uma autêntica manta de retalhos em que, sob o pano da cópia pura e simples da estrutura de planeamento anterior, se aplicam os remendos dos interesses partidários, corporativos e de ocasião a que este Governo abre as portas e dá guarida.

O que daqui resulta é algo disforme, incoerente e contraditório, desde logo, do ponto de vista político, mas também do ponto de vista das políticas, da estratégia de desenvolvimento e dos resultados que se pretendem alcançar.

Os mais distraídos dirão que juízo tão rigoroso só pode ser fruto de uma incongruência e flagrante contradição, pois, bastante mais de 2/3 do Plano e do Orçamento deste Governo são, no fundo, a continuação de projetos, de programas e de ações que vêm do anterior Governo da responsabilidade do Partido Socialista.

Os que assim pensam esquecem um dado que faz toda a diferença: a realidade mudou, e de que forma!

A realidade sobre a qual estes documentos pretendem intervir alterou-se, radicalmente, desde que foi aprovado o último Plano e Orçamento da Região, e, incomensuravelmente mais, desde que foram aprovadas as últimas Orientações de Médio Prazo, no já longínquo ano de 2017.

Dois dados parecem-nos suficientemente elucidativos quanto à alteração dessa realidade: a pandemia de COVID-19 e a criação, na sequência desta, de um conjunto de mecanismos de apoio, desde logo, a nível europeu, tais como o Plano de Recuperação e Resiliência e o programa REACT-EU.

Estas circunstâncias obrigariam, pelos montantes que disponibilizam à Região, pelas suas metodologias de funcionamento, pelos investimentos que consideram elegíveis e pelo tempo limitado em que é possível à Região recorrer a elas, que o planeamento para este período, quer anual, quer de quatro anos, fosse orientado de forma particularmente incisiva, evidente e eficaz para o seu aproveitamento.

Não é isto que acontece!

Na constrangedora inconsciência das oportunidades que se oferecem à Região no domínio dos fundos comunitários de diversa natureza, o Governo Regional preferiu a

pretensa, mas ilusória, segurança da cópia do que vinha de trás, à ousadia e ambição do que se apresenta no Presente e no Futuro.

Ao invés da ousadia estratégica para o Futuro da nossa Região, o Governo Regional preferiu a comodidade imediata da tática simplista, na secreta, mas pouca disfarçada esperança que, assim, condicionaria o PS.

É triste, sobretudo para os Açores...

Aquilo que estes documentos revelam, aquilo que estes três dias de debate comprovam, é que muitas das políticas, das soluções que, vindas de anteriores governos do Partido Socialista, este Governo assepticamente reproduz nas suas propostas de Plano e de Orçamento deveriam ter sido mudadas.

E deveriam ter sido diferentes, mesmo que tenham produzido resultados, e produziram resultados, mas produziram resultados noutro tempo e noutras circunstâncias!

Aquilo em que este Governo falha em alcançar é que, em várias áreas decisivas, o tempo que vivemos, a realidade que vivemos, a conjuntura que vivemos, mudou e, por isso, exige outras soluções, outras políticas e não aquelas que o mesmo repete nestes documentos.

E é por isso que, ao soçobrar na apresentação de um projeto de desenvolvimento atual, coerente, coeso e articulado, o Governo chega a este Parlamento derrotado perante si próprio.

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente,  
Senhor Vice Presidente  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Açorianas e Açorianos**

Conforme atrás referi, este Governo apresenta-se, hoje e aqui, igualmente derrotado perante os Açorianos.

Em apenas cinco meses, são já muitos os casos e os exemplos de compromissos e de profissões de fé que, não só ficaram pelo caminho, como a prática deste Governo constitui o mais cruel e cabal desmentido à sinceridade das proclamações.

Centremo-nos em 4 áreas que são bem ilustrativas deste processo de incumprimentos e de desilusão: o diálogo, a humildade a transparência e a desgovernamentalização.

A começar pelo próprio processo de elaboração destes documentos, o Governo atropelou desastrosamente as competências dos Conselhos de Ilha e do Conselho Económico e Social, não só ao enviar-lhes uma proposta diferente daquela que entregou neste Parlamento, mas, sobretudo, porque, ao contrário do que estabelece a lei, não teve em conta, nem aguardou pelos seus pareceres para, depois, entregar as propostas.

Assim, de uma penada, e numa matéria tão importante como o Orçamento da Região e o Plano de Investimento, reduziu-se a cinzas o diálogo tão apregoado.

Ao tentar emendar a mão, mais uma vez desastrosamente, fê-lo como se o Parlamento fosse uma simples extensão do Governo.

Em vez de reconhecer que houve um lapso, um engano, um erro, uma omissão, ou de que necessitava de mais tempo, o que não seria inédito, o Governo Regional experimentou o toquezinho de arrogância e, vai daí, pretendeu assumir um poder que, após a entrega das propostas, só o Parlamento detém. E assim se deu uma machadada na tão apregoada humildade.

E não, estas não são simples formalidades!

Estas são obrigações de uma lei aprovada por este Parlamento, que determina ao Governo Regional que cumpra nestas situações, e que nem os Governos anteriores com as maiorias absolutas mais robustas, fossem eles do PSD ou do PS, alguma vez ousaram desrespeitar de forma tão clamorosa e evidente.

No que respeita à transparência, quer os documentos, quer o debate que aqui se desenrolou, evidenciam uma postura de preocupante opacidade nos propósitos e um total incumprimento no dever de esclarecer.

Nem os documentos são transparentes, nem os debates permitiram esclarecer aquilo que aqueles, consciente ou inconscientemente, pretendem esconder.

As questões colocadas foram umas quantas vezes ignoradas e, noutras tantas, as respostas omitidas.

Assim aconteceu por falta de tempo do Governo responder?

Não!

Assim aconteceu porque o Governo optou, deliberada e conscientemente, por não responder.

O Governo pela sua postura neste debate não procurou, nem procura, um voto do Parlamento que traduza a comunhão de objetivos, mesmo que assente em diferentes perspetivas quanto ao caminho para os alcançar.

Procurou apenas um cheque em branco, não se dando ao trabalho de responder, de esclarecer ou de confrontar a sua perspetiva com outras visões.

Talvez isso resida no fato do Executivo parecer achar, e estar à espera, que estes três dias de debate fossem apenas uma formalidade para ser transmitida na televisão, na qual, à prédica das Senhoras e dos Senhores Membros do Governo, o Parlamento ficasse, mudo e quedo, em êxtase e adoração.

Importa, a este propósito, em jeito de parêntesis, esclarecer que os debates parlamentares sobre o Plano e o Orçamento processam-se aqui, no Plenário da Assembleia Legislativa, no pleno da representação do Povo Açoriano, e não nas Comissões desta casa.

O papel das Comissões não é substitutivo do Plenário, mas sim complementar ao do Plenário.

Se outras razões não existissem, - e há! -, restaria sempre aquela que é decisiva: é no Plenário que a totalidade dos deputados está representada no mesmo plano de igualdade.

Por isso, nesta matéria, como em tantas outras, entre o palco pleno do debate parlamentar e o alçapão da conversa reservada em *petit comité*, optamos, clara e convictamente, pelo que se traduz em maior transparência e participação.

É o trabalho das Comissões que está subordinado ao trabalho do Plenário.

Não é o trabalho do Plenário que está subordinado ao trabalho das Comissões!

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores membros do Governo,  
Açorianas e Açorianos**

Poder-se-ia ainda pensar que o Governo assim agiu, nessa sua reserva e economia de respostas, porque os documentos que apresentou são suficientemente claros nos seus propósitos e claramente suficientes nas suas explicações, e na análise das consequências e efeitos das opções tomadas.

Infelizmente, também não é o caso. E o exemplo mais do que elucidativo que não é verdade, é, exactamente, uma das propostas em que o Governo quis esgotar a sua comunicação pública à volta destes documentos: refiro-me ao custo das tarifas inter-ilhas.

E para demonstrar esta evidência, basta referir o seguinte:

O Governo Regional, no meio de todos os seus anúncios sobre esta matéria, e, em especial, no que consta dos documentos, diz quanto vão pagar os Açorianos que viajem inter-ilhas: 60 euros.

Aquilo que o Governo não diz, aquilo que o Governo esconde, aquilo a que o Governo se recusou responder, é quanto, para garantir essa tarifa de 60 euros, pagarão, através dos seus impostos, os Açorianos que não viajem.

Repito: todos nós sabemos quanto pagarão os Açorianos que viajarem inter-ilhas, o que não sabemos é o quanto pagarão os que não viajarem para garantir esse preço.

Também sabemos que, para garantir esse valor, a Região com o dinheiro dos impostos terá de compensar a companhia aérea que opera nessas rotas, a qual, no momento presente, é a SATA.

O que nós não sabemos, o que nós perguntámos e não obtivemos resposta, é, exactamente, quanto é necessário pagar à SATA com o dinheiro dos impostos dos Açorianos para que existam as tarifas a 60 euros.

Sabendo nós que todos concordamos com um modelo em que, através dos impostos, se garantam preços mais baixos, e isso deve ficar claro, o que é fator da maior inquietação é a recusa do Governo Regional em responder à pergunta que lhe foi colocada a este propósito.

E assim se foi a transparência.

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Senhor Vice Presidente  
Açorianas e Açorianos**

A outra área que demonstra, claramente, que o Governo diz uma coisa e faz o seu contrário é a da tão apregoada desgovernamentalização.

É cada vez mais evidente, é cada vez mais notória, a existência de uma atuação premeditada e concertada de criação, em cada vez maior número, de cargos de nomeação política neste Governo.

Todos os dias os sinais avolumam-se, amontoam-se que a palavra de ordem parece ser jobs for the boys. E, receamos nós, a situação vai agravar-se ainda mais nos próximos tempos, depois do Governo ter garantida a aprovação destes documentos. E cada vez mais se esfuma o decoro, a reserva, enfim, o pudor ou a vergonha que pudesse haver nesse processo.

Este governo pode ser novo no tempo que leva de existência, mas é velho, muito velho, nos tiques, nas práticas e nos vícios.

Ontem mesmo, enquanto o Parlamento aqui estava reunido, assim como que em jeito de provocação, o Governo fez publicar em Jornal Oficial uma Resolução do Conselho de Governo que, no âmbito da estrutura de gestão da certificação dos Açores como destino turístico sustentável, cria mais lugares de nomeação política.

Com efeito, essa resolução ontem publicada, face a uma outra aprovada em 27 de abril de 2018 sobre a mesma estrutura, tem as seguintes diferenças:

- Em vez de ser dirigida por um coordenador, passa a ser dirigida por um coordenador e três vogais;
- O coordenador tem a sua renumeração aumentada e passa a ser remunerado como titular de cargo de direção intermédia de 1º grau;
- Os dois vogais, cujos cargos são agora criados, são remunerados como titulares de cargo de direção intermédia de 2º grau.

De referir, que nem as competências dessa estrutura houve o cuidado de alterar, renovando-se as mesmas nos exatos termos anteriores, esquecendo-se que, entre 2018 e ontem, os Açores já garantiram a certificação como destino turístico sustentável.

Ou seja, dito de forma mais clara: para fazer menos do que fazia a estrutura criada pelo anterior Governo, o atual Governo criou mais cargos políticos renumerados e aumentou a renumeração do cargo de coordenador que já existia.

E se, mesmo assim, ainda há dúvidas sobre o que isso significa, pois então aqui fica claro: o que antes custava cerca de 40 mil euros por ano passa a custar três vezes mais, ou seja, mais de € 123.000,00/ano. E isto com menos trabalho para fazer...

A pergunta, que, naturalmente, não pode deixar de ser feita, a pergunta que os Açorianos ao ouvir isso se colocam e que dirigem aos partidos que compõem e

sustentam este Governo: Então, foi para isto que os Senhores se juntaram e tomaram o poder?!

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhor Presidente,  
Senhor Vice Presidente  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,  
Açorianas e Açorianos**

Todos estes factos, bem como a forma como decorreram estes debates, permitem reforçar uma convicção que a simples leitura dos documentos já indiciava: estes documentos sacrificam a sustentabilidade do desenvolvimento futuro da Região à necessidade de sustentação política deste Governo.

É por isso que julgo ser o meu dever, na solenidade deste momento e deste espaço, renovar o alerta, exatamente, nos mesmos termos em que já o fiz:

Querer agradar a todos para garantir a sobrevivência do Governo, compromete e põe em perigo as condições financeiras, de sustentabilidade e de racionalidade da gestão da coisa pública com consequências que podem afetar a Região por muitos anos.

Nestas propostas de documentos previsionais, o Governo confunde o interesse da Região com a soma dos interesses dos partidos que o compõem, mais dos partidos que o suportam, mais de alguns interesses corporativos, a que se juntam vozes mais ou menos próximas, mais ou menos reivindicativas.

Ora, o primeiro problema em querer dar tudo a alguns poucos é que isso leva, mais cedo ou mais tarde, a ter de exigir muito de muitos mais.

**Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Deputados,  
Senhoras e Senhores Membros do Governo,**

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, honrando a confiança que nele depositaram os Açorianos, está pronto para votar as propostas de Plano e Orçamento regionais para 2021 e de Orientações de Médio Prazo 2021-2014.

Fá-lo-emos com a consciência clara da responsabilidade que deriva da nossa qualidade de deputados eleitos pelo Povo dos Açores.

É a esse Povo, a cada um dos Açorianos, de todas as nossas 9 ilhas, que devemos trabalho e resposta!

E cá estaremos para continuar sempre, e em toda a parte, a pôr os Açores primeiro!

Disse!

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS/Açores

Vasco Alves Cordeiro